

RELATÓRIO
CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
SÃO PAULO
REGIONAL CAMPO LIMPO

Local: Universidade Anhanguera / Estrada do Campo Limpo 3677 - Campo Limpo

Data: Quinta-feira, 16 de Julho de 2015

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Fernando Haddad

Prefeito

Luciana de Toledo Temer Lulia

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Margareth de Souza Cordeiro

Secretária Municipal Adjunta da Assistência e Desenvolvimento Social

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento

Chefe de Gabinete

Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

Sociedade Civil – Titulares

Carlos Nambu (coordenação)

Natanael de Jesus Oliveira

Valeria da Silva Reis Ribeiro

Sociedade Civil – Suplentes

Daniel Martins Silva

Vera Aparecida Salgueiro Pereira

SMADS

Ana Maria de Almeida E. Cotic

Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni

Conceição Lopes S. Mingato

Maria Izabel Rangel de Souza

Mirella Ferraz

Vânia Baptista Nery

FAS/SP

Regina Nascimento da Silva

Tatiana Penna Madeira

Ricardo de Lima

FEBAS

Elisabete Antolino

Elisabete Clementino Ferreira Lopes

Lucy Leite Balby

Poder Público - Titulares

Cássia Goreti da Silva

Gabriela Biazi Justino da Silva

Walter Antonio Morato

Poder Público Suplentes

Claudia Elizabete da Silva

Secretária Executiva

Daiane Silva Liberi

Susana de Almeida Silva

Comissão de Apoio a Infraestrutura

Cristina Cordeiro (Secretaria Adjunta)

Kátia Cilene Gregorio (ESPASO)

Luis Antonio Glampaulo Sarro (Jurídico)

Pierre Barbosa Venturato (Cerimonial)

Rosana Costa Correa Parra (CGA)

Comissão Regional

Sociedade Civil

Ailton Alves Da Silva (Coordenação)

Kelly da Silva Roza

José Carvalho

Poder Público

Letícia Almeida Barbosa Pereira
(Coordenação)

Katia de Andrade Valeriano

Genice Leite Dos Santos

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Equipe Técnica

Brisa Serena Nascimento Guedes
Claudiomar Queiroz da Cruz
Cristiane da Costa Santos
Daniel Guilherme Machado Pinto
Daniela Kawano
David OhannesBerzigranian
Edson Luiz Pereira
Elizangela Claro de Sousa
Fábio Candido Bezerra
Fernanda Cândido Bezerra
Filipe Nicoletti Ribeiro
Jefferson de Souza Santana

Jorge Fernando Ribeiro
José Alves da Rocha Filho
Juliana Da Silva Henrique
Larissa Fernanda Rocha de Araújo
Marcel de Paula Silva
Marcelo Pinzetta
Maria Luiza Roda e Silva
Mariane Oliveira da Silva
Marlene PopinVelardo
Patrícia Alves de Mendonça
Robson Ferreira da Silva
SuzimarWacton de Moraes
Vinícius de Oliveira Simões
Wilson Pinzetta

Palestrante

Prof. Henrique Manoel C. Silva

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Lista de Siglas

BDC – Banco de Dados do Cidadão	CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada	CRECI – Centro de Referência de Cidadania para Idosos
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais	DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e da Juventude
CAPE – Central de Atendimento Permanente e Emergências	DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
CCA – Centro da Criança e do Adolescente	DIPRO Departamento de Estatística e Produção de Informação
CECOAS – Centro de Conhecimento em Assistência Social	DRU - Desvinculação da Receita da União
CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
CEF – Caixa Econômica Federal	EIS – Escritório de Inclusão Social
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo	ESPASO – Espaço Público do Aprender Social
CGA – Coordenadoria da Gestão Administrativa	FAS – Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo
CGB – Coordenadoria da Gestão de Benefícios	FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
CIB – Comissão Intergestores Bipartite	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
CIT – Comissão Intergestores Tripartite	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social	ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
CNRVV – Centro de Reverência às Vítimas de Violência	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social	IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
COGEAS – Coordenadoria Geral de Assistência Social	IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	LA – Liberdade Assistida (medida socioeducativa em meio aberto)
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
COMDEC – Comissão de Defesa Civil	LOA – Lei Orçamentária Anual
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social	LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social	MC – Ministério das Cidades
COPS – Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CPSB – Coordenadoria de Proteção Social Básica	MEC – Ministério da Educação
CPSE – Coordenadoria de Proteção Social Especial	MF – Ministério da Fazenda
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	MP – Ministério Público
	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
	MS – Ministério da Saúde
	MSE – Medida Socioeducativa
	MT – Ministério dos Transportes

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

NOB-RH – Norma Operacional Básica – Recursos Humanos

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa-Família

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRFMM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal

PLANSEQ – Plano de Qualificação e Inserção Profissional para beneficiários do Programa Bolsa-Família

PLAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.

PPA – Plano Plurianual

PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da SMS

PRODAM – Empresa de Processamento de Dados do Município

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania

PROSOCIAL – Banco de Dados dos Programas de Transferência de Renda do Estado de São Paulo

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade (medida socioeducativa em meio aberto)

PSF – Programa de Saúde da Família

PTR – Programa de Transferência de Renda

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão

SASF – Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Município

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE)

SEDM – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano

SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEF – Supervisão de Eventos Funcionais

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação

SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento

SEO (NovoSEO) – Sistema de Execução

Orçamentária

SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

SF – Secretaria de Finanças

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SIAl – Sistema Integrado de Ações Intersecretariais

SIMPROC – Sistema de Cadastro e Consulta de Processos Municipais e Recursos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo

SIPIA – Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência

SIS-RUA – Sistema de Informações sobre a População em Situação de Rua

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Sumário

1.	Introdução	3
1.1	Temática e Objetivos	5
2.	Credenciamento	7
2.1	Perfil dos Participantes	9
3.	Realização	11
3.1	Programação	11
3.2	Plenária Inicial	12
3.2.1	Composição da Mesa de Abertura.....	12
3.2.2	Palestra Magna	13
3.2.3	Composição de trabalho	13
3.2.4	Leitura e aprovação do Regimento Interno.....	14
3.2.5	Regimento Interno Aprovado	16
4.	Relatório por Dimensão.....	22
4.1	Dimensão 1	22
4.1.1	Participação.....	22
4.1.2	Relatoria	22
4.1.3	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais.....	25
4.1.4	Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno	26
4.2	Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”	27
4.2.1	Participação.....	27
4.2.2	Relatoria	27
4.2.4	Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno	31
4.3	Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”	32
4.3.1	Participação.....	32
4.3.2	Relatoria	32
4.3.3	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais	35
4.3.4	Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno	36
4.4	Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”	37

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

4.4.1	Participação.....	37
4.4.2	Relatoria.....	37
4.4.3	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais.....	43
4.4.4	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno.....	44
4.5	Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”	45
4.5.1	Participação.....	45
4.5.2	Relatoria.....	45
4.5.3	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais.....	48
4.5.4	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno.....	49
5.	Plenária Final.....	50
5.1	Moções.....	50
5.3	Eleição de delegados e candidatos a delegados.....	59
6.	Avaliações da Conferência Regional de CAMPO LIMPO.....	63

ANEXOS

Anexo 1	Lista de Presença Planificada em Ordem Alfabética
Anexo 2	Apresentação SAS
Anexo 3	Apresentação Palestra Magna
Anexo 4	Dinâmica de Grupo – “Escuta por Minuto”
Anexo 5	Metodologia de Condução dos Trabalhos em Grupo
Anexo 6	Apresentação e Aprovação das Propostas para a Plenária
Anexo 7	Relação de Delegados
Anexo 8	Relatório de Visita Técnica
Anexo 9	Fichas de Avaliação
Anexo 10	Quadro Instrumental 2 – Informações Gerais da Conferência e Programação da Conferência conforme divulgado no site do COMAS
Anexo 11	Documentação Fotográfica
Anexo 12	Fichas Originais e completas dos Conferencistas
Anexo 13	Lista de Presença Original
Anexo 14	Lista de Presença de Convidados e Observadores
Anexo 15	Moções Originais
Anexo 16	CD com relatório na versão digital, lista de presença planificada e áudio da Conferência Regional

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou a concepção de Seguridade Social, enquanto Política Pública de Proteção Social, política de direitos, universal e de responsabilidade estatal, composta pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS destaca ainda, o desafio da participação dos usuários nos conselhos de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem como princípios a compreensão da matricialidade sócio-familiar, da descentralização político-administrativa e da territorialização, estabelecendo novas bases para relação entre Estado e a Sociedade Civil, para o financiamento e controle social da Política. Dentre seus eixos estruturantes está a valorização do controle social, estabelecendo um sistema democrático e participativo.

Seguindo esta trilha, necessário se faz a citação do controle social estabelecida na PNAS, que teve sua origem nos marcos legais aqui já citados, ou seja, Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e Sistema Único de Assistência Social/SUAS:

*“O **controle social** tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa”.*

Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.

Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará **essa participação são os conselhos e as conferências**.

As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado (artigo 18, inciso VI, LOAS, conforme descrito no PNAS/2004)

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

A nova versão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), marco fundamental na estruturação do SUAS, promove avanços significativos na gestão e oferta de serviços socioassistenciais no Brasil, incentivando a participação e controle social. Aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, NOB-SUAS 2012 em seu Art. 114 estabelece que:

“A participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo”, e em seu Art. 125 institui que: O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.”

A partir destas determinações, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS tem contribuído para o fortalecimento do COMAS/SP, colegiados e fóruns para que se consolidem como espaços efetivos de participação da sociedade civil organizada.

No município de São Paulo, o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP criado em 2001 é a instância colegiada paritária do SUAS, composto pelos órgãos do governo municipal, por organizações da sociedade civil, representantes dos usuários e trabalhadores dos serviços socioassistenciais, sendo assim, um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de Assistência Social, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

O Conselho, dentre suas muitas atribuições, tem a responsabilidade de realizar a Conferência de Assistência Social na Cidade de São Paulo. As Conferências Municipais da Assistência Social de 2015, que se realizarão em todo país, convocadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, organizadas pelos Conselhos Municipais, com o apoio dos respectivos órgãos gestores - constituem-se na instância de maior importância para que a participação popular possa

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

realizar-se de fato nos marcos **do SUAS**. O tema: "**CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026**" foi definido para a XI Conferência Nacional de Assistência Social pelo CNAS, que orientará as Conferências Estaduais e Municipais.

Considerando o Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026 - O SUAS que temos e o SUAS que queremos, os avanços exigirão novas estratégias e mecanismos que potencializem a capacidade de gestão e articulação intersetorial, a qualificação das prestações e a ampliação da capacidade do Sistema de incorporar especificidades do território e das populações atendidas. Os desafios irão além dos resultados alcançados pelas conferências antecessoras, projetarão um direcionamento da política para os próximos 10 anos, visando a construção de diretrizes para o Plano Decenal 2016-2026.

Haverá, portanto, a necessidade de mobilização nacional em torno do lema “o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Para tanto deve-se levar em conta o enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios, o Pacto Federativo e a consolidação do SUAS, o fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática e as diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos: Plano Decenal 2016-2026.

1.1 **Temática e Objetivos¹**

Eixo Norteador: As Diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos – Plano Decenal 2016-2026

Tema: Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.

Lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

¹Informes nºs 1 e 4/2015 – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Objetivo: Avaliar a situação da Assistência Social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo.

Subtemas

Subtema 1 – Enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

Subtema 2 – O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

Subtema 3 – Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

*Os conteúdos dos subtemas encontram-se no Informe CNAS nº 01/2015

Dimensões

Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

Dimensão 2 – Participação Social como fundamento do pacto federativo SUAS.

Dimensão 3 – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo.

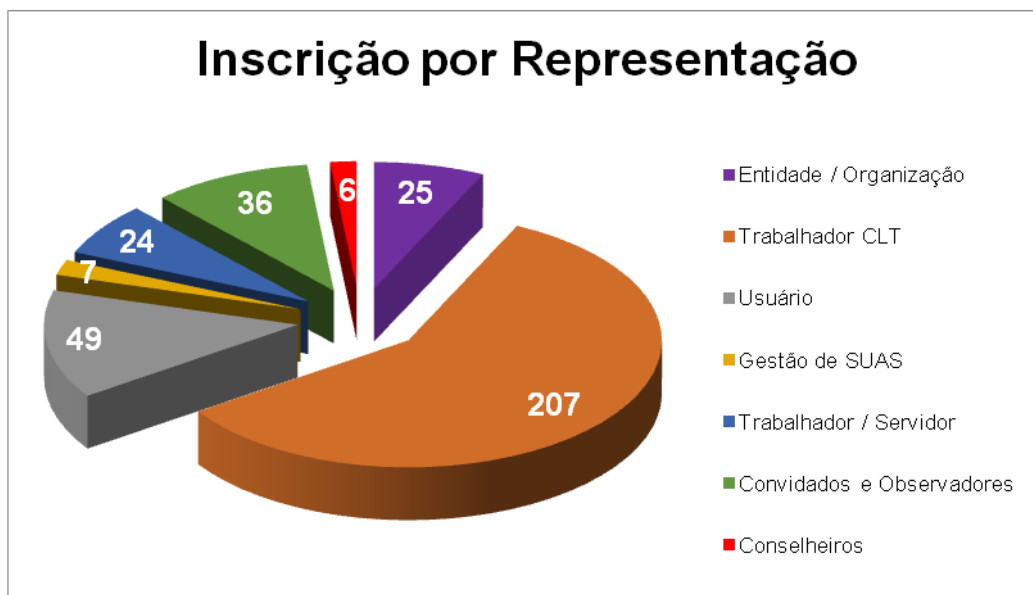
Dimensão 4 – Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo.

Dimensão 5 – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

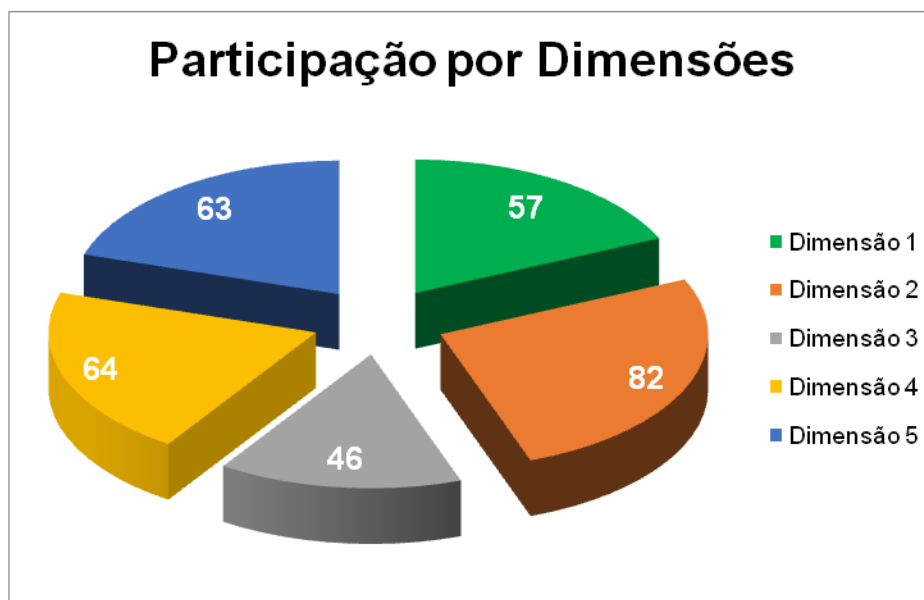
2. Credenciamento

O credenciamento foi iniciado às 8h00 e encerrado às 11h10, após definição em regime de votação durante a plenária e números de credenciamento da **Conferência Regional de CAMPO LIMPO** foram os seguintes:

- 249(duzentos e quarenta e nove) participantes inscritos *online*;
- 105(cento e cinco) participantes inscritos presencialmente;
- 54(cinquenta e quatro) participantes inscritos após a conclusão da mesa de trabalho, de acordo com definição durante a plenária de abertura;
- 5 (cinco) salas usadas sendo 1 (uma) para cada Dimensão;
- Total no final do credenciamento: **354**(trezentos e cinquenta e quatro) participantes.



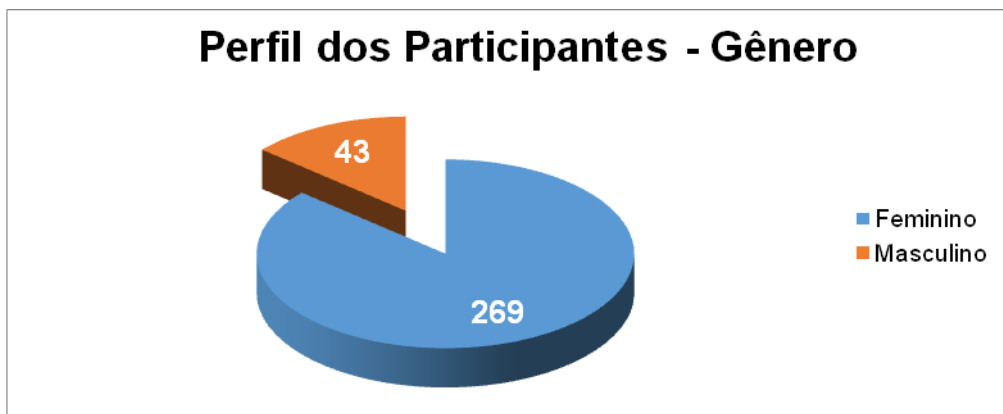
<u>Categoria</u>	
Entidade / Organização	25
Trabalhador CLT	207
Usuário	49
Subtotal Sociedade Civil:	281
Gestão de SUAS	7
Trabalhador / Servidor	24
Subtotal Poder Público:	31
Convidados e Observadores	36
Conselheiros	6
Total:	354



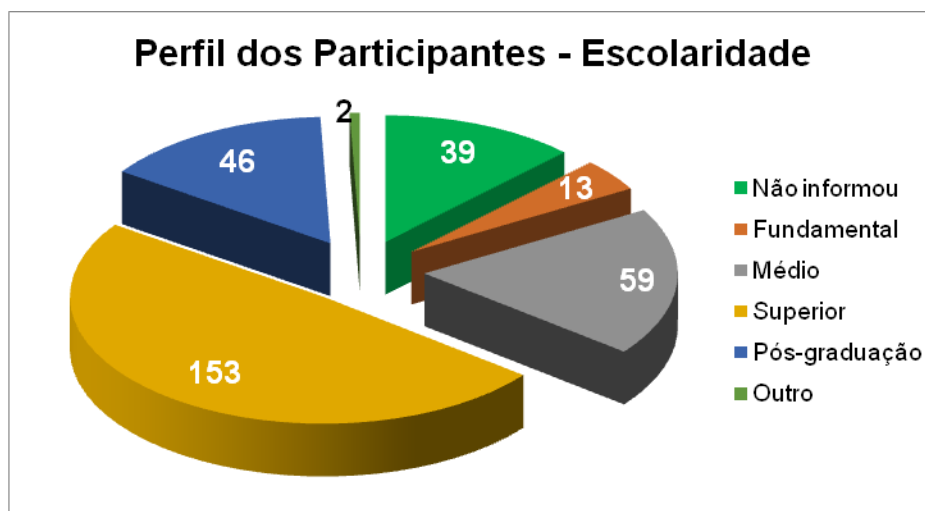
<u>Dimensões</u>	
Dimensão 1	57
Dimensão 2	82
Dimensão 3	46
Dimensão 4	64
Dimensão 5	63
Total:	312

As listas completas de presença e fichas de inscrição devidamente preenchidas podem ser conferidas no **Anexo 1**, ao final deste relatório.

2.1 Perfil dos Participantes

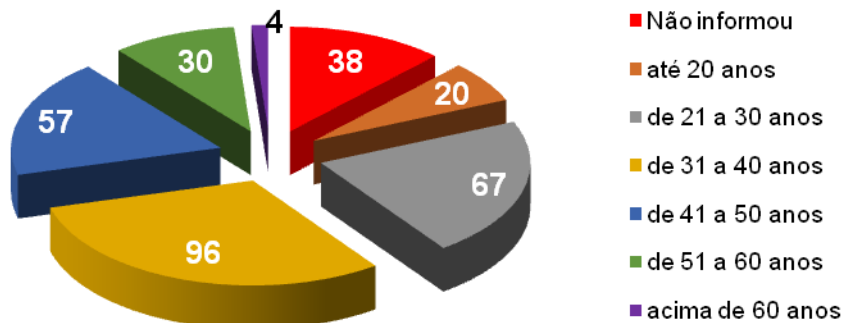


<u>Gênero</u>	
Feminino	269
Masculino	43
Total:	312



<u>Escolaridade</u>	
Não informou	39
Fundamental	13
Médio	59
Superior	153
Pós-graduação	46
Outro	2
Total:	312

Perfil dos Participantes - Faixa etária



Faixa etária	
Não informou	38
até 20 anos	20
de 21 a 30 anos	67
de 31 a 40 anos	96
de 41 a 50 anos	57
de 51 a 60 anos	30
acima de 60 anos	4
Total:	312

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

3. Realização

A Conferência Regional de Assistência Social de CAMPO LIMPO foi realizada na quinta-feira, dia 16 de julho de 2015, na Universidade Anhanguera localizado à Estrada do Campo Limpo 367, no bairro de Campo Limpo.

Os participantes são moradores das comunidades, entidades sociais, representantes do Poder Público, usuários e trabalhadores do SUAS. A SAS de CAMPO LIMPO é composta dos distritos de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, cuja área é de 36,7km² e a população de 607.105 habitantes. Possui 2 (dois) CRAS, 1 (um) CREAS e 68 (sessenta e oito) Serviços Conveniados da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conforme publicação no Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo, de janeiro de 2015.

3.1 Programação

<i>Manhã</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
8h	11h10	Credenciamento
8h30	9h	Café da Manhã
9h15	10h	Plenária de Abertura
10h	11h10	Palestra Magna
11h10	12h10	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
		Início dos Trabalhos em Grupo
12h10	13h20	Almoço

<i>Tarde</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
13h30	16h20	Trabalho em Grupos para definição de diretrizes
	15h30	Prazo Final para Entrega das Moções
16h46	17h40	Aprovação das Moções
17h40	18h30	Leitura e Aprovação das diretrizes definidas em Grupos
18h30	18h51	Eleição de Delegados e Candidatos a Delegados
	18h51	Encerramento

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

3.2 Plenária Inicial

09h15m – Início da plenária

A plenária inicial da **Conferência Regional de CAMPO LIMPO** foi aberta com uma atividade cultural do grupo “Arrasta Lata” com crianças e adolescentes do Projeto Arrastão. Em seguida, os membros da mesa de abertura foram apresentados.

3.2.1 Composição da Mesa de Abertura

<u>Mesa de Abertura</u>	
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>
Sra. Cássia Goreti da Silva	Presidenta do COMAS
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sra. Maria Aparecia Junqueira	Representante da SAS da Campo Limpo
Sr. Hamilton Alves da Silva	Representante da Sociedade Civil
Sra. Leticia Almeida	Representante do Poder Público
Sra. Tatiana Rezende	Representante da Sociedade Civil
Sra. Kelly Rosa	Representante do Sociedade Civil

Após a leitura de informes gerais, o mestre de cerimônia saudou os responsáveis pela instituição que sediou o evento, o subprefeito Antônio Carlos e seu assessor, e passou a palavra aos componentes da mesa. Os membros da mesa de abertura também saudaram a todos os presentes e falaram sobre a importância do momento da Conferência Regional para a definição de Políticas Públicas da Assistência Social em São Paulo.

Em destaque, Sr. Carlos Nambu ressaltou o posicionamento do COMAS acerca da redução da maioria penal e introduziu os pontos centrais sobre as conferências regionais/municipal e estadual; Sra. Cássia Goreti agradeceu a comissão organizadora

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

central, saudou o aniversário de dez anos do SUAS e suas conquistas, entre elas, a consolidação do caráter de direito à assistência, superando a filantropia - traço histórico do segmento, e ressaltou a tarefa dos conferentes presentes de traçar novas perspectivas para o SUAS no plano decenal.

Em seguida, Sra. Maria Aparecia Junqueira, supervisora regional de Campo Limpo, fez uma apresentação geral das características principais da região, indicando dados técnicos sobre os serviços e indicadores da população local, com uma abordagem histórica.

Posteriormente, Prof^o Henrique Manoel Carvalho Silva foi apresentado para a realização da Palestra Magna.

3.2.2 Palestra Magna

O palestrante Prof^o Henrique Manoel Carvalho Silva executou a apresentação da Palestra Magna, conforme quadros apresentados no **Anexo 3**. Em seguida, a mesa foi recomposta.

3.2.3 Composição de trabalho

<u>Mesa de Abertura</u>	
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sr. Hamilton Alves da Silva	Representante da Sociedade Civil
Sra. Leticia Almeida	Representante do Poder Público
Sra. Tatiana Rezende	Representante da Sociedade Civil
Sra. Kelly Rosa	Representante da Sociedade Civil

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

3.2.4 Leitura e aprovação do Regimento Interno

Antes da leitura do Regimento Interno, o coordenador da Comissão Organizadora Central informou o número de 309 votantes até o presente momento, esclareceu dúvidas sobre delegados, moções e o processo da Conferência e pediu algumas correções que tiveram de ser feitas antes da leitura do Regimento. Foram alterações necessárias, as seguintes:

<u>Referência</u>	<u>Alteração</u>
Título	Inclusão da palavra Regional após Conferência, indicando a nova nomenclatura do evento.
Capítulo I, Art. 8º §1º	Alteração do trecho “ <i>que a Ficha de Credenciamento deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento</i> ” para “ que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento ”
Capítulo III – dos Grupos	Inclusão da letra A , após III, para diferenciação do capítulo que discorre sobre a temática;
Capítulo V	Correção da descrição da Resolução COMAS de 1017 e 1018/2015 para 1017 e 1016/2015
Capítulo V, Art. 17º, VI, §3º	Inclusão da palavra candidatos antes da palavra Delegados
Capítulo V, Art. 17º, VII	Inclusão do termo candidatos a delegados no antes de X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo
Capítulo V, Art. 18º, Par. Único	Inclusão do termo candidato a antes de Delegado

Em seguida, Sr. Carlos Nambu colocou em regime de votação, antes do início da leitura, a possibilidade da mesa votar, que foi aprovada com quatro votos contrários e duas abstenções. A mesa abriu para regime de votação a liberação dos participantes que não estavam inscritos ainda, a proposta foi aprovada com 10 votos contrários e uma abstenção pela plenária.

A mesa deu início à leitura integral do regimento interno e entrevistou pedindo questão de ordem durante o quarto artigo, colocando em regime de votação a aprovação “automática” dos artigos sem destaque durante a leitura, Após aprovação por contraste da proposta, a mesa deu sequência à leitura.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Durante a leitura do Regimento Interno:

<u>Referência</u>	<u>Propostas</u>	<u>Texto Aprovado</u>	<u>Votos</u>
Capítulo I, Art. 8º§ 1º	Proposta de Alteração do texto	Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional.	Por contraste
Capítulo III, Art. 11º§ 1º	Proposta de Inclusão do complemento “e do grupo de apoio da regional”	Cada grupo terá um Facilitador e Relator da Empresa Contratada e do grupo de apoio da regional.	APROVADO COM 2 ABSTENÇÕES
Capítulo IV, Art. 14º	Proposta de Alteração de porcentagem de 10% para 5%.	As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 5% dos participantes.	APROVADA POR CONTRASTE COM 11 ABSTENÇÕES.
Capítulo IV, Art. 18º, 19º e 20º	Proposta de Supressão Integral		APROVADA POR CONTRASTE COM 4 ABSTENÇÕES

Em regime de votação, o Regimento Interno foi aprovado por contraste às 12h02. Após o encerramento da plenária inicial da **Conferência Regional de CAMPO LIMPO**, os participantes foram encaminhados para o almoço.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

3.2.5 Regimento Interno Aprovado

**REGIMENTO INTERNO DAS 31 CONFERÊNCIAS REGIONAIS
XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO
TEMA: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026”**

CAPÍTULO I - Da Organização

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS/SP.

Art. 3º - As Comissões Organizadoras Regionais são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, conforme previsto na Resolução 1017/COMAS-SP/2015, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central.

Art. 4º - As Conferências Regionais de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 SAS – Supervisões de Assistência Social.

Art. 5º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I – Dois Coordenadores (Comissão Regional), sendo 1 (um mediador) ad referendo do plenário;

II – Um representante indicado e aprovado pelo COMAS/SP;

III– Um representante da SAS;

IV- Um representante da Sociedade Civil.

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

I - Dar início aos trabalhos;

II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário, e

III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno e;

II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º - A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Empresa Contratada nos trabalhos do Plenário.

Art. 6º - As Comissões Organizadoras Regionais, constituídas em foros paritários, foram homologados pelo COMAS/SP, após a realização de Assembléias Regionais nas 31 regiões da SAS.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º - Serão participantes da Conferência Regional:

I - Conselheiros Municipais de Assistência Social;

II - Representantes da Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS (Servidores);

III - Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores do SUAS (CLT) e Organização de Trabalhadores, Usuários e Organização de Usuários;

IV - Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

V - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

VI - Autoridades convidadas e presentes;

VII - Convidados e Observadores.

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 15 (quinze) anos e 11(onze) meses, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2º - A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação online, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos (Entidades, Trabalhadores do SUAS - CLT), Usuários, Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS - (Servidor) para a eleição, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 3º - Participarão na eleição dos delegados da XI Conferência Municipal de Assistência Social, os segmentos previstos na Resolução COMAS/SP 101672015 de 03 de julho de 2015.

Art. 8º - Na Conferência Regional, o credenciamento será online e/ou presencial, caso necessário e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Credenciamento e com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Temática/Dimensão.

§ 1º – Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - O participante que não devolver a ficha de Credenciamento ficará inabilitado a ser candidato à Delegado Municipal da XI Conferência Municipal de Assistência Social e/ou à Delegado Estadual da X Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

08h00 – Início do credenciamento;

08h30– Abertura; Hino Nacional; SAUDAÇÃO das autoridades presentes;

09h00- Palestra Magna e debate;

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

11h10 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional e encerramento do credenciamento dos participantes;

11h00 – Trabalho dos grupos;

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Continuação dos trabalhos dos grupos por Subtemas;

15h30 – Prazo para entrega das moções para mesa coordenadora e Plenário de apresentação, das prioridades referendadas nos grupos, para aprovação do Plenário e, aprovações ou rejeições das moções;

17h00 – Eleição, apresentação e referendo da delegação para a XI Conferência Municipal de Assistência Social e X Conferência Estadual de Assistência Social;

18h00 – Encerramento.

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser ajustada, conforme a necessidade, ad referendo do plenário, desde que respeite as Normativas do COMAS/SP.

CAPÍTULO III A - Da Temática

Art. 10 - A Conferência Regional terá como tema “**Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026**”. Com o lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos, e o objetivo de “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”.

§1º - Subtemas:

I - Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

II - Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

III - Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

§2º - Dimensões:

I – Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

II - Dimensão 2 - Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS

III - Dimensão 3– Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

IV - Dimensão 4 – Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo

V - Dimensão 5 – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo

CAPÍTULO III A – Dos Grupos

Art. 11 - Os participantes serão subdivididos em grupos.

§ 1º - Cada grupo terá um Facilitador e Relator da Empresa Contratada e do grupo de apoio da regional. **§ 2º** - Cabe ao Facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Tema/Dimensão;

III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo.

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos e plenário serão registradas em áudio pela Empresa contratada, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário.

Art. 12 - Nos grupos os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções, desde que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 13 - Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático/Dimensão específico as propostas de prioridades que serão apresentadas ao Plenário da Conferência Regional. Após a aprovação, a Empresa Contratada deverá sistematizar as deliberações para subsidiar XI Conferência Municipal de Assistência Social.

§ 1º – Cada Grupo deverá propor às 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão.

§ 2º – O referendo das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

§ 3º - No caso de mais de um Grupo de mesma Temática/Dimensão, cada Grupo deverá indicar até 4 representantes para, juntamente com os respectivos Facilitadores e Relatores, realizar a sistematização e indicação de 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão para apresentação no Plenário.

CAPÍTULO IV - Do Plenário Final

Art. 14 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 5% dos participantes.

Art. 15 – No que se refere às intervenções:

I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados, esclarecimentos ou questões de ordem, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - No caso de manifestação contrária a uma proposta, serão abertas no máximo duas defesas às citadas manifestações, dando direito ao proponente e outros conferencistas a duas réplicas, respeitado o tempo de 2

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

(dois) minutos deliberado pelo Plenário, seguindo para o processo de votação por contraste e, havendo necessidade, será realizada a contagem de votos.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizado pelo plenário.

V - A Empresa Contratada garantirá apoio técnico nos plenários da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos delegados, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

Art. 16 - O Relator de cada grupo exporá a proposta e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos.

§ 1º – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na XI Conferência Municipal de Assistência Social, a Empresa Contratada será responsável pelo recolhimento das listas de presença, Fichas de Credenciamento (Presencial), instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS (Conforme previsto na Resolução COMAS 1017 e 1016/2015)

Art. 17 – Critério de escolha dos Delegados(as) Titulares / Suplentes e Observadores, para a XI Conferência Municipal de Assistência Social.

I- Os delegados à XI Conferência Municipal de Assistência Social terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas 31 Conferências Regionais.

II- Eleger delegados(as) e observadores(as) da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social, garantindo prioritariamente, o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos – Usuários, Trabalhadores do SUAS (Regime CLT) e Organizações/Entidades prestadoras de Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, bem como, no que se refere ao Poder Público composto pela Gestão do SUAS e os Trabalhadores do SUAS (Servidores),

a) Entende-se por Trabalhadores do SUAS na gestão da administração direta, aqueles que não tenham Cargos de Coordenação e Supervisão na Gestão (Coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social).

b) Entende-se por Gestores da Administração direta, Coordenadores vinculados ao gabinete de SMADS, coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social.

III- A composição dos delegados da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) da Sociedade Civil do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes, os quais participarão da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, na condição de delegados(as) natos(as), desde que participem integralmente do processo (Plenário e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 02 (duas) das 31 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

IV - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (CLT) e Usuários serão eleitos:

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

a) Delegados titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado(a) eleito(a) para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na XI Conferência Municipal;

b) Delegados suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado (a) eleito(a) para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adultos e adolescentes, os quais terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

V - Na representação do Poder Público serão eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, delegados(as) indicados(as) nas Conferências Regionais, sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS (Servidores), em consonância com o § 2º do Artigo 6º e, 1/3 será composto pela gestão conforme definido no § 3º do Artigo 6º, perfazendo um total igual à quantidade de delegados eleitos pela sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente (Plenária e Grupos) da Conferência Regional, inclusive com referendo da plenária final. A composição dos delegados do Poder Público para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) do Poder Público do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes.

VI - Serão considerados eleitos os candidatos que tiverem suas fichas do credenciamento preenchidas por completo, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 1º- Os delegados Titulares e Suplentes deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 2º- Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

§ 3º - Todos os Delegados Titulares e Suplentes para a X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo deverão participar integral e obrigatoriamente de pelo menos uma Conferência Regional, e Municipal, sendo referendado pela mesma.

VII – A Empresa Contratada ficará responsável pela lista dos delegados titulares, suplentes e observadores, referente à XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo e X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, conforme dados previstos na ficha de inscrição.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional ad referendum do Plenário.

São Paulo, 16 de julho de 2015

Plenária da Regional do Campo Limpo

REGIMENTO APROVADO POR CONTRASTE

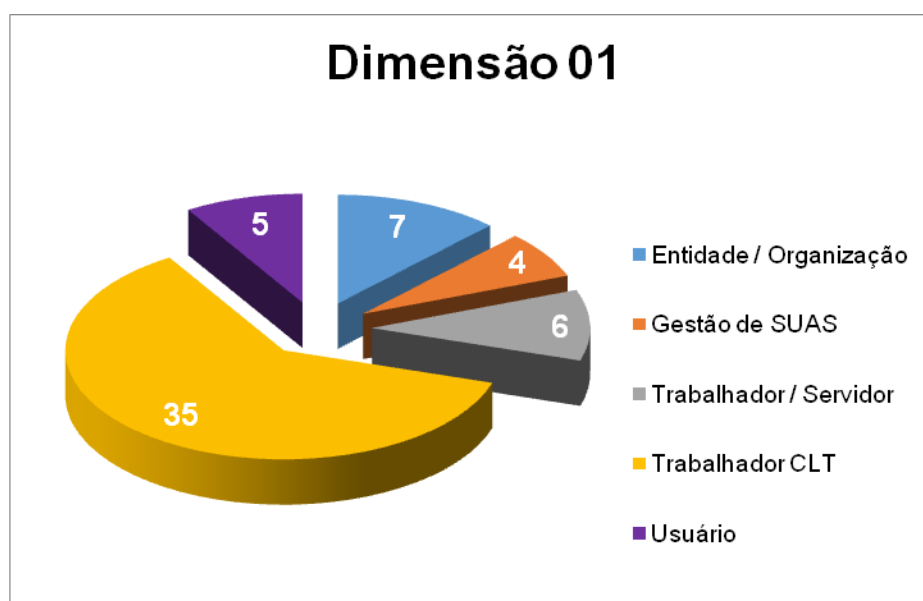
4. Relatório por Dimensão

4.1 Dimensão 1- “Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo.”

DIMENSÃO 1 – Grupo 1	Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo
Facilitador (a)	Patrícia Alves de Mendonça
Relator (a)	Brisa Serena Nascimento Guedes

4.1.1 Participação

57 (cinquenta e sete) participantes se inscreveram na Dimensão 1.



4.1.2 Relatoria

13h40 – Início dos trabalhos em grupo

A facilitadora Patrícia iniciou o grupo de debate dando informes sobre as fichas de inscrição e sobre a gravação do debate. Logo após, propôs uma apresentação coletiva do

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

grupo, em seguida, contextualizou a discussão no campo da dimensão um e da tarefa do grupo de deliberar as quatro prioridades para o plano decenal para o SUAS rumo a 2026.

Após a abertura dos trabalhos, a facilitadora propôs ao grupo que se dividissem em duplas e em dois minutos cada participante deveria expor a sua concepção sobre “dignidade humana” para o par e no segundo minuto a ordem se inverteria. Na sequência foi proposto que se expusesse a concepção de “justiça social” da mesma forma. Realizou-se assim a técnica chamada Escuta por Minuto (Anexo 4).

Na sequência, algumas duplas que se voluntariaram expuseram a síntese dos dois termos debatidos, enquanto a facilitadora anotava na lousa palavras chave sobre a exposição das duplas, como; Dignidade Humana: moradia, educação, saúde, lazer, acesso a todos os serviços prestados pelo Estado, efetivo pertencimento social econômico cultural e político. Justiça Social: economia, social, direitos garantidos, cidadãos como protagonistas sociais através da participação, direitos iguais, acesso pleno aos direitos.

Após aproximar os apontamentos feitos pelo grupo aos subtemas da conferência, a facilitadora instigou a reflexão sobre a diferença entre demanda e diretriz, para que o grupo tenha um norte sobre a elaboração das diretrizes. Os participantes pontuaram as seguintes questões: a falta de informações e de produção do observatório da política de assistência social, a efetivação da política de controle de dados como uma necessidade, a falta de intersetorialidade/ trabalho em rede das secretarias e reconhecimento do trabalho em rede intersetorial.

Posteriormente, a facilitadora propôs ao grupo que se dividissem em trios para que elaborassem uma diretriz cada. Passados alguns minutos, a facilitadora chamou a atenção do grupo para a ordenação das diretrizes construídas (Município/Estado/União). Em seguida, os trios foram agrupados em subgrupos de 6 pessoas, debateram entre si, e apresentaram suas propostas de diretrizes para todo o grupo, as seguintes propostas:

- Plano de ação para que haja um acompanhamento contínuo dos usuários entre os serviços;
- Com ênfase na garantia de direitos, implementar um sistema, interligação das secretarias para que haja um atendimento integral das famílias;
- Aumento do orçamento em 15% para a assistência;
- Dobrar o orçamento passando a ser destinado 6% para a assistência social;
- Ampliar a quantidade de CRAS;

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

- Instituir uma política e uma forma de controle que assegure a articulação das políticas públicas;
- Implementar serviços e ampliar os já existentes.

Ao agrupar as propostas semelhantes, e readequar alguns textos em grupos dos participantes, foram deliberadas as seguintes diretrizes:

Municipais

- Instituir um sistema que assegure a articulação das políticas públicas facilitando o acompanhamento pleno do cidadão em meio aos seus direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.
- Efetivação do número mínimo de CRAS conforme norma operacional básica de Assistência Social (NOB-SUAS).

Estadual

- Cumprimento dos princípios e diretrizes do SUAS em todas as cidades e Governo do Estado de São Paulo exigindo que todos os gestores (pasta da assistência) tenham formação reconhecida na NOB-RH/SUAS.

Federal

- Ampliar e efetivar a responsabilidade orçamentária da União desenvolvendo planejamento estratégico e investindo 10% na Política Nacional de Assistência Social, garantindo a cobertura de serviços socioassistenciais a partir da participação social partindo do princípio de igualdade e equidade.

16h09 - Após aprovação das prioridades, a facilitadora deu os informes sobre a tiragem de delegados, entrega de certificados e o restante da programação, encerrando as atividades do grupo.

4.1.3 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Plano de ação para que haja um acompanhamento contínuo dos usuários entre os serviços	Aumento do orçamento em 15% para a assistência;
Com ênfase na garantia de direitos, implementar um sistema, interligação das secretarias para que haja um atendimento integral das famílias;	Dobrar o orçamento passando a ser destinado 6% para a assistência social
Ampliar a quantidade de CRAS	Instituir uma política e uma forma de controle que assegure a articulação das políticas públicas;
Implementar serviços e ampliar os já existentes.	

4.1.4 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

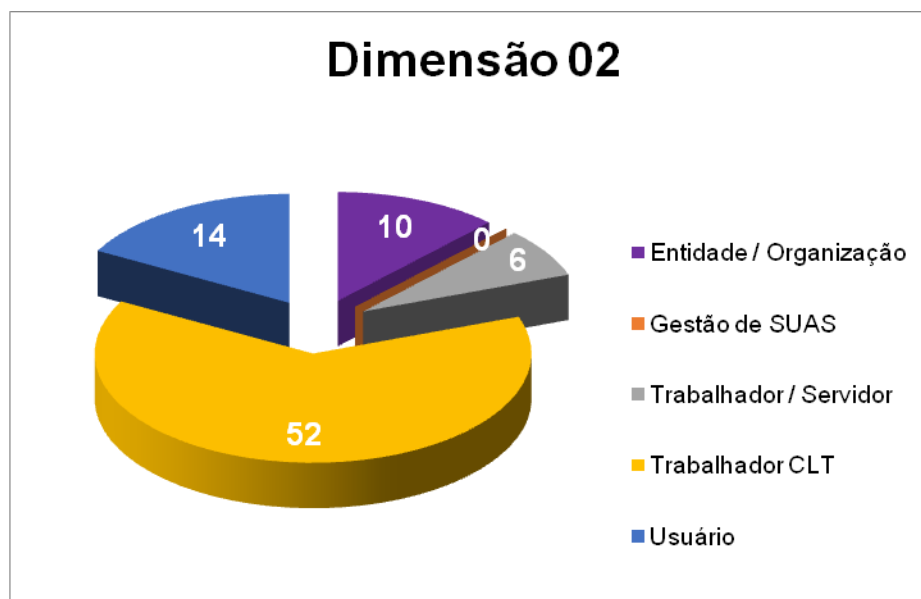
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Instituir um sistema que assegure a articulação das políticas públicas facilitando o acompanhamento pleno do cidadão em meio aos seus direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.	Estado: Cumprimento dos princípios e diretrizes do SUAS em todas as cidades e Governo do Estado de São Paulo exigindo que todos os gestores (pasta da assistência) tenham formação reconhecida na NOB-RH/SUAS.
Efetivação do número mínimo de CRAS conforme norma operacional básica de Assistência Social (NOB-SUAS).	União: Ampliar e efetivar a responsabilidade orçamentária da União desenvolvendo planejamento estratégico e investindo 10% na Política Nacional de Assistência Social, garantindo a cobertura de serviços socioassistenciais a partir da participação social partindo do princípio de igualdade e equidade.

4.2 Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”

DIMENSÃO 2	Participação social como fundamento do Pacto Federativo SUAS
Facilitador (a)	David OhannesBerziganian
Relator (a)	Cristiane da Costa Santos

4.2.1 Participação

82(oitenta e dois) participantes se inscreveram na Dimensão 2.



4.2.2 Relatoria

13h30 - Inícios dos trabalhos em grupo

Antes de iniciar o grupo, a organização interna determinou que Guilherme e Sônia seria um apoio na discussão, em seguida, o facilitador sugeriu uma rodada de apresentações e abriu a discussão explicando os quatro âmbitos das dimensões (duas municipais, uma estadual e uma da união).

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Introduziu a temática explicando o que é o SUAS, e em seguida propôs a técnica de Escuta por minuto (Anexo 4). De volta ao grande grupo, pediu para os participantes comentarem o que foi ouvido na dinâmica.

Participante explicou o que entende por assistência social e o caráter que cumpre na sociedade, não sendo mais baseado na caridade e comentou sobre a participação social como fundamental para a implementação das políticas.

Outra participante explicou que participação social é quando o usuário paga seus impostos ressaltando que a assistência não é contributiva, e a partir do momento que o cidadão paga impostos, ele é passivo de direitos.

Outra participante se referiu à participação social quando se tem a participação da população nesses espaços como o da conferência.

Facilitador leu junto ao grupo o trecho da dimensão dois para facilitar a compreensão da temática.

Participante questionou baseada no regimento a ideia da construção de diretrizes ao invés de propostas, e facilitador esclareceu ao grupo que a diretriz é algo mais amplo que irá nortear os próximos dez anos e não algo pontual como uma proposta.

Em seguida, o facilitador propôs que as pessoas se juntassem em grupo para elaborar uma diretriz que considera importante nos três âmbitos.

Dando continuidade nas discussões, os facilitadores sugeriram a apresentação das diretrizes de cada grupo para que haja um consenso. A seguir estão alguns pontos discutidos:

- Divulgação das políticas através dos meios de comunicação
- Criação do Conselho gestor em cada SAS
- Viabilizar o acesso de usuários e trabalhadores dos espaços de participação por meio de transporte e conhecimento das informações
- Espaço de mobilização e divulgação – Conselho gestor
- Descentralização
- Informação e capacitação dos usuários e trabalhadores, necessário se pensar na estrutura física para que haja a participação com mais qualidade
- Já existe fóruns

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

As propostas de diretrizes elaboradas pelos subgrupos foram as seguintes:

- Descentralização do COMAS por território e do processo de eleição para conselheiros (municipal)
- Viabilizar o acesso de usuários e trabalhadores aos espaços de participação por meio de transporte e conhecimento das informações
- Descentralizar os espaços de formação e capacitação dos profissionais da rede para multiplicação das informações aos usuários. (Municipal)
- Orçamento compatível para efetivar a política de AS no mínimo de 5% do orçamento da união (União)

O grupo trabalhou na relaboração das diretrizes e deliberou as seguintes prioridades:

Municipais

- Descentralização do COMAS por SAS e democratização do processo de eleição.
- Criação de “Conselho Gestor paritário em cada SAS

Estadual

- Fomentar a efetivação da rede intersetorial que busque viabilizar o acesso e o conhecimento para que os usuários compreendam seu papel e a importância das decisões nas comunidades.

Federal

- Garantir recursos para a divulgação e criação de produtos de mídia referente a Política Nacional de Assistência Social, através dos meios de comunicação de maior acessibilidade viabilizando a formação dos usuários e fomentando sua participação.

16h19 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.2.3 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Propostas Gerais

Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Descentralizar os espaços de formação e capacitação dos profissionais da rede para multiplicação das informações aos usuários.	Orçamento compatível para efetivar a política de AS no mínimo de 5% do orçamento da união (União)
Descentralização do COMAS por território e do processo de eleição para conselheiros	
Viabilizar o acesso de usuários e trabalhadores aos espaços de participação por meio de transporte e conhecimento das informações	

4.2.4 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno

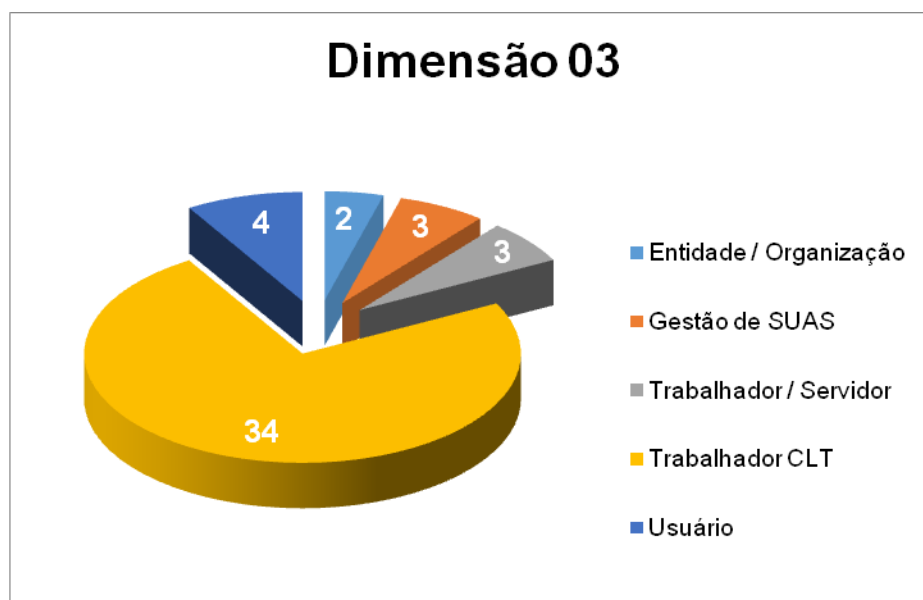
Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Descentralização do COMAS por SAS e democratização do processo de eleição.	Estado - Fomentar a efetivação da rede intersetorial que busque viabilizar o acesso e o conhecimento para que os usuários compreendam seu papel e a importância das decisões nas comunidades.
Criação de “Conselho Gestor paritário em cada SAS.	União - Garantir recursos para a divulgação e criação de produtos de mídia referente a Política Nacional de Assistência Social, através dos meios de comunicação de maior acessibilidade viabilizando a formação dos usuários e fomentando sua participação.

4.3 Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”

DIMENSÃO 3	Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo
Facilitador (a)	David OhannesBerzirgianian
Relator (a)	Elizangela Claro de Sousa

4.3.1 Participação

46(quarenta e seis)participantes se inscreveram na Dimensão 3.



4.3.2 Relatoria

13h32 – Início dos trabalhos em grupo

Facilitador falou sobre o trabalho que o grupo fará em sala, em seguida pediu para um participante as questões norteadoras da dimensão 3 presentes no Manual do Conferencista. Solicitou para que o grupo se apresentedizendo nome e serviço.

Uma usuáriafalou da falta de acessibilidade para os usuários, falta de espaços, demanda dos serviços, criando novos serviços.

Outra participante falou que antes de criar novos serviços, devem estruturar os atuais.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Outra participante falou da falta de CRAS, que não atende demanda conforme legislação.

Outra participação ressaltou a falta de comunicação entre as redes.

O grupo discutiu com foco nos serviços.

Participante questionou porque em algumas regiões há mais serviços que outras.

Coordenadora do CRAS falou da importância das conferências, das conquistas da assistência. Reforçou que, antes de pensar novos serviços, é preciso realizar um diagnóstico de território. E que já existe um trabalho para identificar regiões que faltam serviços e que apesar de muitas pessoas acharem que em Campo Limpo há muitos serviços, sabe-se que há um grande buraco na região.

O grupo discutiu bastante, falou da realidade da região, que as coisas existem, sem estrutura, exemplo, CRAS sem assistente social. Um participante falou da obrigação do estado em cumprir com SUAS.

O grupo citou algumas possibilidades de diretrizes, a partir dos temas:

- Criação de novos serviços
- Estruturas os serviços que já existem
- Descentralização do Comas
- Conselho gestor
- Capacitação
- ampliação de serviços diretos

Com isso, as diretrizes foram elaboradas:

- Criar e implementar mais CRAS e CREAS na região do Campo Limpo, respeitando o número de população referenciada, com vistas a garantia do acesso ao direito; (M)
- Efetivação de números de CRAS e CREAS, com implantação de acordo com a demanda de cada território; (M)
- Efetivação do conselho gestor de cada território (M)
- Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial; (M)

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

- Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas; (F)
- Melhorar a qualidade dos serviços socioassistencial prestados aos usuários, aumentando a quantidade de serviços de acordo com a real demanda de habitantes, com a valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua; (M)
- A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua; (M)
- Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada; (E)
- Construir um diálogo entre o município, estado e união, de forma efetiva entre as políticas públicas, efetivação do direito dos usuários em sua totalidade, e a valorização dos trabalhadores (F)

Após consenso, as prioridades selecionadas foram:

Municipais

- Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial
- A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua .

Estadual

- Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada

Federal

- Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas

15h50 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada

4.3.3 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Criar e implementar mais CRAS e CREAS na região do Campo Limpo, respeitando o número de população referenciada, com vistas a garantia do acesso ao direito	Estado - Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada.
Efetivação de números de CRAS e CREAS, com implantação de acordo com a demanda de cada território	União - Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas
Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial	União - Construir um diálogo entre o município, estado e união, de forma efetiva entre as políticas públicas, efetivação do direito dos usuários em sua totalidade, e a valorização dos trabalhadores
Efetivação do conselho gestor de cada território	
Melhorar a qualidade dos serviços socioassistencial prestados aos usuários, aumentando a quantidade de serviços de acordo com a real demanda de habitantes, com a valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua	
A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua	

4.3.4 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

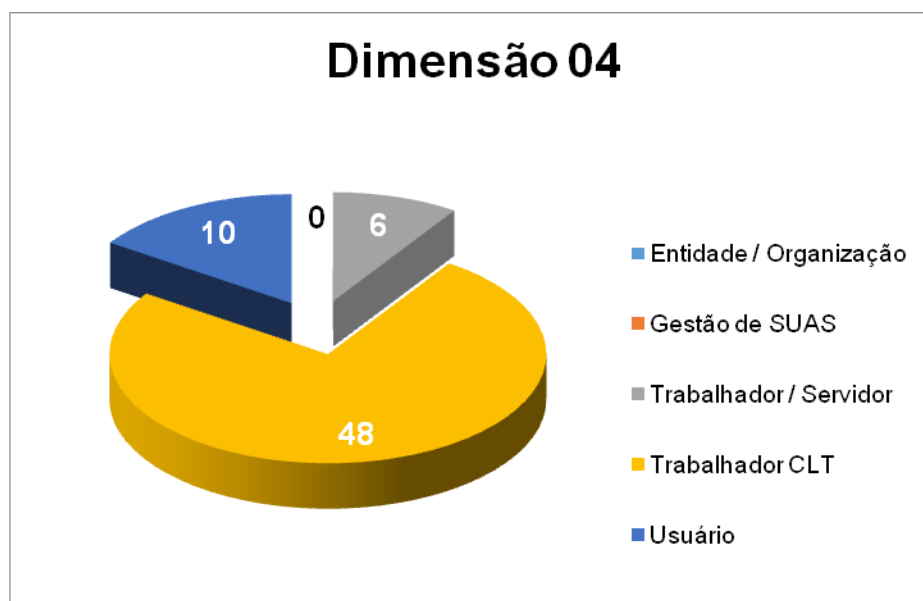
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial	Estado: Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada
A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua	União: Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas

4.4 Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”

DIMENSÃO 4	Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Daniel Guilherme Machado Pinto e SuzimarWacton de Moraes
Relator (a)	Larissa Fernanda Rocha de Araújo

4.4.1 Participação

64(sessenta e quatro) participantes se inscreveram na Dimensão 4.



4.4.2 Relatoria

13h35 – Início dos Trabalhos em Grupo

Os facilitadores se apresentaram e explicou sobre a entrega das fichas de inscrição. Contaram sobre suas trajetórias profissionais. Daniel disse que a dimensão 4 é uma das mais discutidas nas conferências, pois ela trata sobre a qualificação profissional do trabalhador da rede. Suzimar perguntou quais dos participantes era usuário, quais eram CLT e quais eram do poder público.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Suzimar disse que o grupo vai elaborar duas diretrizes municipais, uma estadual e uma federal, e que essas diretrizes devem ser pensadas para os próximos dez anos. Daniel diz que elas devem ser feitas em relação a qualificação do profissional.

Perguntou se algum usuário gostaria de falar sobre a rede de serviços. Ninguém se manifestou. O facilitador perguntou se alguém teve preparação para a discussão da dimensão. Uma participante disse que sim, disse que ela foi muito importante por discutir a desvalorização do profissional da área.

Daniel questionou se o profissional é desvalorizado pela falta de qualificação ou pela falta leis que garantam isso. Participante disse que a lei já existe, mas que falta qualificações a eles, como acesso a cursos, a universidades, etc.

Daniel perguntou para o grupo como eles podem discutir esse tema e transformá-lo em diretrizes para a região em questão.

Participante disse que a qualificação profissional está prevista na NOB/RH; que a lei também prevê concursos públicos para a contratação dos profissionais da área; que a maior parte dos trabalhadores da área é do terceiro setor; que é indispensável haver formação e remunerá-lo de forma melhor; e, que é importante pensar no tipo de qualificação que a profissional precisa.

Suzimar perguntou se a capacitação do profissional implica na melhora na qualidade dos serviços. Participante frisou que em todos os segmentos deve-se ter uma capacitação mínima para lidar com os instrumentais, burocracias em geral, entre outros fatores. Outro participante apontou que é importante o profissional ter conhecimento para fazer um bom trabalho, mas ele também deve ter uma boa estrutura para ele conseguir realizar um bom trabalho. Disse também que devesse ter mais concursos, para a contratação de mais profissionais, para que eles não fiquem sobrecarregados e que deveria ser estabelecido um piso inicial para os trabalhadores da rede.

Outro propôs que seja elaborada uma proposta de criação de uma comissão, voltada para a questão da qualificação profissional, incluindo questões ligadas à infraestrutura de trabalho e melhorias na comunicação da rede, etc.

Uma participante sugeriu pensar em exigir ensino superior aos trabalhadores da rede, e no acesso deste a outros cursos de qualificação. Suzimar chamou a atenção de que

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

apenas o acesso ao ensino superior não necessariamente resolveria o problema, pois as universidades tem um grande número de alunos, no qual o professor não consegue dar um bom suporte aos estudantes de assistência social. Outro participante afirmou que há muitas crianças por educador (30 a 40 crianças), o que também dificulta a realização de um bom trabalho e um bom processo de ensino-aprendizagem.

Uma participante comentou que a capacitação é muito importante no modelo tradicional, mas também frisou a necessidade de se ter uma supervisão para acompanhar o trabalho. Citou vários exemplos da necessidade de supervisão dos serviços.

Uma participante falou que a formação acadêmica não necessariamente transforma o trabalhador em um bom profissional, mas que eles deveriam ser mais bem remunerados. Disse que conhece vários profissionais que nunca foram a universidade, mas são excelentes profissionais, no entanto não recebem da mesma maneira daqueles que cursaram o ensino superior, sendo que eles é que trabalham diretamente com o usuário.

Daniel chamou a atenção de que lidar com pessoas não é apenas uma questão de técnica, por isso é importante pensar no perfil das pessoas na hora da contratação para a realização do trabalho.

Participante indicou que os educadores da base deveriam receber muito melhor, uma vez que eles lidam com várias adversidades; que muitas vezes eles sabem lidar melhor com certas situações do que pessoas com mestrado, uma vez que possuem experiência.

Participante complementou a falou de outros participantes dizendo que essa discussão é muito importante para pensar na valorização da assistência.

Uma participante alertou que é importante pensar na qualidade do trabalho oferecido ao usuário. Outro complementou dizendo que é importante perceber que a demanda dos profissionais muda, por isso é importante pensar na qualificação. Sugeriu que para os profissionais que atuam anos no segmento, às vezes não é interessante ver na faculdade aquilo que ele faz no seu dia a dia. Sugeriu que houvesse uma prova que ele poderia fazer, para ganhar o registro como um profissional que se formou pela universidade.

Uma participante apontou que a discussão está na ampliação do acesso a universidade para os trabalhadores da assistência.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Uma profissional ressaltou que não é apenas a universidade que forma, mas também outros tipos de cursos, por isso se devia investir em acesso a universidade e em outros tipos de curso.

Participante lembrou que é muito importante cuidar do trabalhador, para que ele consiga ficar bem, para conseguir realizar um bom trabalho, por isso acha que a capacitação deveria contemplar essa questão também.

Outro afirmou que o gestor dos serviços tem de pensar na capacitação dos profissionais, assim como cuidar dos trabalhadores. Diz que infelizmente nem todos querem ter acesso a universidade, mas mesmo assim, é importante as gestões dos serviços conseguirem garantir que aqueles que queiram tenham acesso.

Uma usuária comentou que quando os trabalhadores conseguem dar uma escuta, um suporte, o quanto eles fazem a diferença na vida das pessoas. Disse que se não fosse o trabalho da assistência, não estaria na conferência.

Participante indicou que a questão é como garantir a capacitação, que deveria ser destinada uma verba para que ocorra a supervisão do serviço, assim como a qualificação dos profissionais. Disse que é importante ter gestores qualificados, para que eles consigam prover isso aos seus funcionários. Disse que alguns serviços tem verba destinada para a supervisão e qualificação dos serviços, enquanto outros não, mas que isso deveria ser garantido a todos. Disse que no programa é previsto, mas como eles podem assegurar que isso seja repassado aos serviços.

Participante perguntou aos facilitadores como seria o andamento do trabalho. Daniel disse que, primeiro, eles os participantes estão socializando a discussão acerca do tema, para depois dar andamento ao trabalho, a fim de elaborar as diretrizes.

Uma participante falou que há uma diferença entre os trabalhadores do SUAS e que a rede conveniada tem uma relação trabalhista diferente dos profissionais da assistência.

Os facilitadores sugeriu a formação de subgrupos para que os participantes pudessem elaborar as diretrizes. Uma participante sugeriu que o grupo todo formule as diretrizes, coloque-as na lousa e depois o grupo realiza votação. O grupo acata a sugestão da colega.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Daniel perguntou quem dos participantes poderia propor uma proposta de redação. Assim que formuladas, as propostas foram lidas para o grupo. Os participantes foram apontando elementos específicos para serem colocadas nas diretrizes.

Propostas de diretrizes elaboradas pelo grupo:

- Convênio com faculdade para acesso ao nível superior e/ou cursos de capacitação específicos
- Ampliação da capacitação profissional para todos (técnicos, educadores e operacionais)
- Diminuição do número de usuários por educador
- Comissão de capacitação permanente
- Equiparação salarial entre diretos e indiretos
- Ampliação das horas técnicas para proteção básica e para servidores públicos
- Convênios para profissionais já formados, como pós-graduação para profissionais que não tem formação, mas são atuantes
- Equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores indiretos à rede direta
- Equipe técnica do serviço contratada conforme especificidade do serviço socioassistencial: gerente coordenador, auxiliar administrativo, assistente social e profissionais que lidarão diretamente com atividades socioeducativas com os usuários.
- Que o assistente social seja contratado como assistente social e não técnico social, educador social, etc. Remunerado devidamente e com a valorização da profissão.
- Que o profissional assistente social seja concursado, mesmo atuando no terceiro setor, convênios, etc.
- Piso salarial inicial de cinco salários mínimos
- Formação com participação em seminários, congressos, conferências, debates e acesso a graduações, custeadas pelo estado.
- Mais concurso público
- Garantir o repasse para a contratação de supervisão externa, e que a empresa seja contratada pelo serviço, que seja contemplado todos os funcionários do SUAS, inclusive os funcionários públicos.
- Garantir orientador socioeducativo como apoio/volante nos serviços de proteção básica e especial.
- Insalubridade para profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva e rios de contágio e violência)
- Reconhecimento dos profissionais da assistência social como alvo de campanhas de humanização por parte da saúde

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Enquanto os participantes foram entregando as propostas de redação das diretrizes aos facilitadores, para serem digitados pela relatora e colados na lousa, vários participantes foram fazendo comentários, referente ao tema

Daniel realizou a leitura das propostas municipais para os participantes. O grupo e facilitadores foram juntando propostas semelhantes, para que elas sejam unificadas e transformadas em uma única proposta. Dentre as propostas, o grupo escolheu as seguintes propostas municipais:

Municipais

- Ampliação do pagamento das horas técnicas para a rede de proteção básica e especial diretos e indiretos e criação de comissão composta por trabalhadores da rede e usuários para capacitação diversificada e disponível para toda equipe dos serviços socioassistenciais da rede de proteção básica e especial, a fim de acompanhar, buscar e promover a divulgação de capacitações disponíveis, incluindo possíveis convênios com faculdades para acesso a graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e cursos de capacitações específicas, e auxiliar no direcionamento do repasse de verbas para estes fins, possibilitando a contínua ampliação da capacitação profissional de todos os profissionais da área (técnicos, orientadores socioeducativos e operacionais).

- Ampliação do quadro previsto na portaria 46 e 47 e NOB/RH e equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores diretos e indiretos, garantindo que redes socioassistenciais e conveniadas usufruam dos mesmos direitos/ benefícios, visto que somos todos trabalhadores do SUAS, além de garantir a contratação dos profissionais na sua área de atuação

Estadual

- Criação de um plano de educação permanente para todos os trabalhadores do SUAS.

Federal

- Reconhecimento da insalubridade para todos os trabalhadores do SUAS e profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva, riscos de contágio e violência).

15h57 - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.4.3 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliar o acesso dos trabalhadores às universidades através de convênios	Reconhecimento dos profissionais da assistência social como alvo de campanhas de humanização por parte da saúde
Garantir orientador socioeducativo como apoio/volante nos serviços de proteção básica e especial.	Garantir o repasse para a contratação de supervisão externa, e que a empresa seja contratada pelo serviço, que seja contemplado todos os funcionários do SUAS, inclusive os funcionários públicos.
Equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores indiretos à rede direta	Ampliação da capacitação profissional para todos (técnicos, educadores e operacionais)
Ampliação das horas técnicas para proteção básica e para servidores públicos	Mais concurso público
Equipe técnica do serviço contratada conforme especificidade do serviço socioassistencial: gerente coordenador, auxiliar administrativo, assistente social e profissionais que lidarão diretamente com atividades socioeducativas com os usuários	Insalubridade para profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva e riscos de contágio e violência)
Comissão de capacitação permanente	Formação com participação em seminários, congressos, conferências, debates e acesso a graduações, custeadas pelo estado.

4.4.4 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

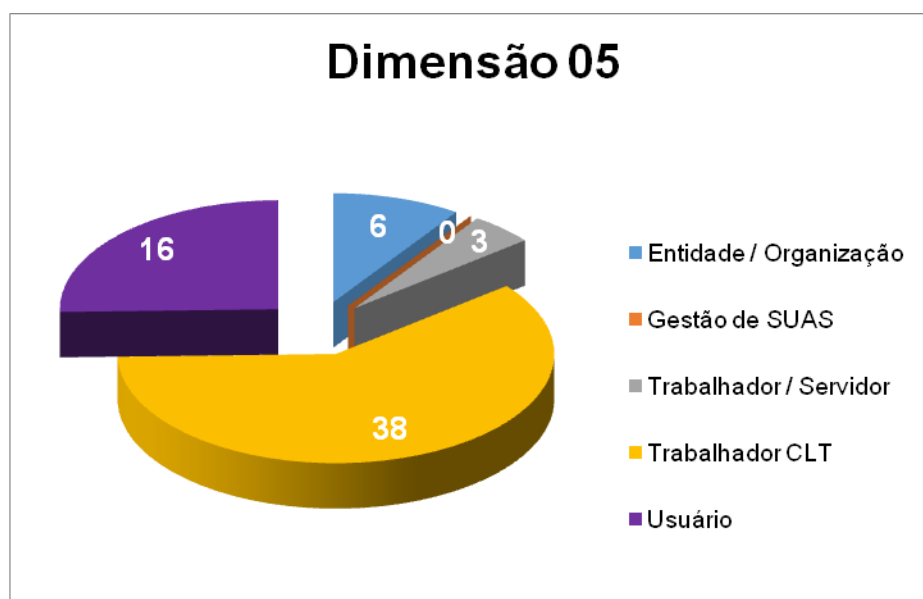
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
<p>Ampliação do pagamento das horas técnicas para a rede de proteção básica e especial diretos e indiretos e criação de comissão composta por trabalhadores da rede e usuários para capacitação diversificada e disponível para toda equipe dos serviços socioassistenciais da rede de proteção básica e especial, a fim de acompanhar, buscar e promover a divulgação de capacitações disponíveis, incluindo possíveis convênios com faculdades para acesso a graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e cursos de capacitações específicas, e auxiliar no direcionamento do repasse de verbas para estes fins, possibilitando a contínua ampliação da capacitação profissional de todos os profissionais da área (técnicos, orientadores socioeducativos e operacionais).</p>	<p>Estado: Criação de um plano de educação permanente para todos os trabalhadores do SUAS.</p>
<p>Ampliação do quadro previsto na portaria 46 e 47 e NOB/RH e equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores diretos e indiretos, garantindo que redes socioassistenciais e conveniadas usufruam dos mesmos direitos/ benefícios, visto que somos todos trabalhadores do SUAS, além de garantir a contratação dos profissionais na sua área de atuação</p>	<p>União: Reconhecimento da insalubridade para todos os trabalhadores do SUAS e profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva, riscos de contágio e violência).</p>

4.5 Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”

DIMENSÃO 5 – Grupo 1	Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Patrícia Alves de Mendonça
Relator (a)	Marlene PopinVelardo

4.5.1 Participação

63(sessenta e três)participantes se inscreveram na Dimensão 5.



4.5.2 Relatoria

13h40 – Início dos Trabalhos em Grupo

Após rodada de apresentações, o grupo foi subdividido e as prioridades foram sendo elaboradas, a saber:

- A importância da Assistência Social para intervir na área da habitação perante a população em situação de rua e em vulnerabilidade social no território em questões de estrutura, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

- Pensar na criação de um instrumental avaliativo que possa medir o impacto das ações realizadas nos SCFV no que se refere a garantida visibilidade para os caminhos de emancipação do sujeito.
 - Assistência Social como direito, apesar do grande avanço, nem todos tem acesso à informação e serviços.
 - Faltam trabalhadores e também qualificação continuada.
 - Na prática, o poder público não sempre reconhece os serviços socioassistenciais. Se houvesse reconhecimento, os serviços seriam acessíveis, com maior qualidade, e para todo.
 - A questão do CAD Único restringe acesso a usuários que tem uma percapita maior do que $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Porque existe tal corte?
 - Os usuários não reconhecem a importância do SUAS, porque não conhecem os serviços oferecidos, e quando conhecem, não sabem que é um serviço do SUAS.
- Como emancipar o usuário do serviço? O que cabe a assistência social, união, legislativo.
- Aumentar a participação do usuário nos fóruns.
 - Criação dos conselhos gestores nos espaços públicos da assistência social. Fóruns regionais onde não existem.
 - Divulgação efetiva e com qualidade dos direitos e dos serviços.
 - Intersetorialidade
 - Outros serviços – maior atenção aos moradores de rua (albergues não servem mais) Casa de abrigo, casa dia em cada bairro.
 - EMEI – Direito da criança.
 - Garantir que a população acesse melhor a assistência social por meio de uma linguagem simples e acessível através dos fóruns, conferências.
 - Criar ações e estratégias para que a população conheça e reafirme a política de assistência social de maneira ampla, e não fragmentado no viés dos programas de transferência de renda (PTR's)

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

As prioridades selecionadas foram:

Municipais

- Ampliar casas - dia no município para atender pessoas em situação de rua, devido ao fechamento dos abrigos.
- Garantir ao usuário e ao trabalhador do SUAS a compreensão efetiva acerca das discussões políticas que norteiam o trabalho do SUAS.

Estadual

- Garantir a intersetorialidade nas políticas públicas.

Federal

- Intervenção da Assistência Social na área da habitação perante a população em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social nos territórios. Trabalhar na questão estrutural dos serviços oferecidos pela Assistência Social, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população, que visem a emancipação dos usuários.

16h - Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.5.3 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais

Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
A importância da Assistência Social para intervir na área da habitação perante a população em situação de rua e em vulnerabilidade social no território em questões de estrutura, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população.	Criação de um instrumental avaliativo que possa medir o impacto das ações realizadas nos SCFV no que se refere a garantida visibilidade para os caminhos de emancipação do sujeito
Criação dos conselhos gestores nos espaços públicos da assistência social. Fóruns regionais onde não existem.	Divulgação efetiva e com qualidade dos direitos e dos serviços.
Aumentar quadro de funcionários do SUAS. Capacitar os trabalhadores do SUAS	A importância da Assistência Social para intervir na área da habitação perante a população em situação de rua e em vulnerabilidade social no território em questões de estrutura, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população. Intersetorialidade

4.5.4 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno

<p>Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo</p>

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
<p>Ampliar casas - dia no município para atender pessoas em situação de rua, devido ao fechamento dos abrigos</p>	<p>ESTADO - Garantir a intersectorialidade nas políticas públicas</p>
<p>Garantir ao usuário e ao trabalhador do SUAS a compreensão efetiva acerca das discussões políticas que norteiam o trabalho do SUAS</p>	<p>UNIÃO - Intervenção da Assistência Social na área da habitação perante a população em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social nos territórios. Trabalhar na questão estrutural dos serviços oferecidos pela Assistência Social, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população, que visem a emancipação dos usuários</p>

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

5. Plenária Final

16h46 – Início da Plenária Final.

5.1 Moções

Deu-se então início à leitura e aprovação das Moções da **Conferência Regional de Assistência Social de CAMPO LIMPO**, que foram as seguintes:

Moção 1 –de Propositura e de Repúdio

<p>Manifesto:Repudiamos a eleição de 2014 do COMAS, Conselho Municipal de Assistência Social, que se transformou em Colégio Eleitoral impedindo os trabalhadores do SUAS, especialmente das organizações sociais a votarem em seus representantes no Conselho. Enquanto organizações sociais e usuários tiverem o direito de votar e ser votado ao trabalhador citado acima este direito foi usurpado.</p> <p>Propomos que seja alterado o Regimento do COMAS de São Paulo e que nas próximas eleições trabalhadores da sociedade civil possam votar e serem votados. Que seja a estes citados assegurado os mesmos direitos que os outros segmentos.</p>		Aprovada com 35 assinaturas,

Moção 2–de Repúdio

<p>Manifesto:Repudiamos qualquer proposta de redução da maioria penal e qualquer proposta de aumento do tempo de internação dos adolescentes na Fundação CASA. Contra a política de encarceramento em massa; contra o encarceramento da juventude negra e periférica; contra a violação dos direitos das crianças, adolescentes e jovens.</p>		Aprovada com 41 assinaturas

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Moção 3 –de Repúdio

<p>Manifesto:Repudiamos o Conselho Municipal de Assistência Social do Estado de São Paulo – CONSEAS pela ausência de critérios para a distribuição de vagas para delegados estaduais, pela diminuição dos números de participantes da XI Conferência Estadual.</p> <p>Repudiamos ainda pela redução de 91% das vagas destinadas a Capital, que deverá ter 9000 participantes nas Conferências Regionais e 2000 participantes na Conferência Municipal.</p> <p>Esta posição do CONSEAS torna a XI Conferência Estadual de Assistência Social um espaço excludente e desrespeitoso com as especificações de cada município. Isso faz que esta conferência seja a Conferência de “alguns”.</p>		Aprovada com 41 assinaturas

Moção 4 –de Repúdio

<p>Manifesto:Destinatário: Instância Municipal</p> <p>Justificativa: que a rede socioassistencial conveniada possa usufruir do mesmo direito dos serviços públicos nas emendas de feriados (pontos facultativos), visto que como todos trabalhadores do SUAS e os usuários que são atendidos nos serviços são os mesmos daqueles atendidos no CRAS.</p> <p>Cada serviço se articularia para compensar essas horas.</p>		Aprovada com 35 assinaturas

Moção 5 – de Repúdio

<p>Manifesto:Destinatário: Instância Municipal</p> <p>Justificativa: que a rede socioassistencial conveniada possa usufruir do mesmo direito dos serviços públicos nas emendas de feriado (ponto facultativo), visto que somos todos trabalhadores do SUAS e os usuários que são atendidos nos serviços são os mesmos daqueles atendidos no CRAS. Cada serviço se articularia para compensar essas horas.</p>		Aprovada com 20 assinaturas

Moção 6 –de Repúdio

<p>Manifesto:Moção de repúdio ao CNAS</p> <p>Repudiamos os atrasos de definição e publicação do Conselho Nacional de assistência Social – CNAS, do tema, lema, subtema e dimensões, que acarretaram a cidade de São Paulo, dificuldades aos trabalhadores e usuários da mesma, apropriação dos conteúdos que são de suma importância. Repudiamos também a diminuição de vagas para a Conferência Nacional de 2015</p>		Aprovada com 28 assinaturas

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Moção 7 –de Repúdio

<p><u>Manifesto:</u>Moção de repúdio contra a Redução da Maior idade Penal</p> <p>Destinatários: Instâncias de Governo Federal, Estadual e Municipal. Nós participantes da Conferência Regional de Assistência Social da Região de Campo Limpo, manifestamos nossa indignação e repúdio contra aprovação da Redução da Maior Idade penal de 18 anos para 16 anos.</p> <p>Com a redução da maioridade penal acreditamos que ela não traria resultados na diminuição da violência, e sim tornar mais forte a exclusão de parte da população pobre, preto e moradores nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, além de ser um retrocesso na garantia de direitos conforme preconizado no ECA.</p>		Aprovada com 35 assinaturas

Moção 8 –de Repúdio

<p><u>Manifesto:</u>Moção de repúdio pela não aplicação do percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do orçamento para a assistência social (ano 2015)</p> <p>Destinatários: Instâncias de Governo Federal, Estadual e Municipal. Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social da Região de Campo Limpo, manifestamos nosso repúdio pela não dotação orçamentária de pelo menos 5% (cinco por cento) nas políticas públicas de Assistência Social, como deliberado nas Conferências (Municipal, Estadual e Nacional) dos anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013. Afirmamos que a destinação dos recursos, antes de ser uma questão técnica, é uma questão de política pública de estado e não de Governo, de estabelecimento de prioridades e escolha dos gestores. Afirmamos, ainda, que o não respeito às deliberações das Conferências fere um dos princípios constitucionais da Carta Magna do Brasil, bem como a da democracia participativa.</p> <p>Por isso, solicitamos que o Poder Executivo cumpra esta deliberação, o Legislativo fiscalize o cumprimento e o Judiciário faça cumprir a deliberação das Conferências, instância máxima do Controle Social.</p>		Aprovada com 43 assinaturas

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Moção 9–de Protagonismo

<p>Manifesto:Moção de afirmação sobre o protagonismo dos usuários e usuárias no Controle Social das políticas públicas de assistência social.</p> <p>Destinatários: todas as instâncias de poder atuantes nas três esferas de governo e Conselhos de Assistência Social nos três níveis federados.</p> <p>Nós, participantes da Conferência Regional de Assistência Social da Região de Campo Limpo reafirmamos o que foi deliberado nas duas últimas Conferências da Assistência Social para tornar efetivo o Protagonismo dos Usuários e Usuárias no que Controle Social das Políticas Públicas de Assistência Social. Afirmamos que muito ainda se deve empreender para este protagonismo aconteça e requeremos que todos os atores sociais – do poder Público e da Sociedade Civil – se comprometam para o empoderamento deste protagonismo.</p>		Aprovada com 76 assinaturas

Moção 10–de Repúdio

<p>Manifesto:Moção de repúdio pela deliberação – CONSEAS/013/2015 do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP (ano 2015)</p> <p>Destinatários: Instâncias de Governo Federal, Estadual e Municipal.</p> <p>Nós participantes da Conferência Regional de Assistência Social da Região de Campo Limpo, manifestamos nossa indignação e repúdio à distribuição de vagas do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP, com a cessão de 10 vagas para participação do município de São Paulo na X Conferência Estadual de Assistência Social, conforme regulamentação publicada na Deliberação CONSEAS/013/2015, desconsiderando que a Capital é o Município de maior população do Estado de São Paulo e do Brasil com 11,9 milhões de habitantes (IBGE,2014).</p> <p>A Cidade de São Paulo realizará 31 conferências Regionais com aproximadamente 9.000 (nove mil) participantes, sendo que a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, agregará as representações Regionais com o número estimado de 1500 Delegados Municipais. Na IX Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo a Capital teve 112 vagas, para a Conferência de 2015 foram deliberadas 10 vagas, o que representa a redução de 91,1%. Em levantamento percentual em relação às vagas da Capital deliberadas para os Delegados Natos do CONSEAS/SP (48) são 380% maiores que as vagas da Capital; as vagas dos Diretores de DRADS (26) são 160% maiores que as vagas da Capital; as vagas dos Representantes do CMAS/CONSEAS – Grupo de Apoio (17) são 70% maiores que as vagas da Capital; as vagas dos Convidados da SEDS (16) são 60% maiores que as vagas da Capital.</p> <p>Justificamos nossa indignação frente ao número de vagas deliberada pelo CONSEAS para 2015 por verificar a decorrente desmobilização e exclusão que esta ação causa aos avanços do SUAS, ao Controle Social e à Participação Democrática deste país.</p>		Aprovada com 37 assinaturas

As moções originais, devidamente assinadas, podem ser conferidas no **Anexo 15**.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

5.2 Prioridades Dimensões

Após a leitura e aprovação das moções, teve início a leitura para aprovação das diretrizes (**Anexo 6**) discutidas e definidas pelas 5 (cinco) dimensões durante os trabalhos em grupo:

Aprovação em Plenária - Diretrizes Dimensões				
	<u>Municipal 1</u>	<u>Municipal 2</u>	<u>Estadual</u>	<u>Federal</u>
Dimensão 1	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Instituir um sistema que assegure a articulação das políticas públicas facilitando o acompanhamento pleno do cidadão em meio aos seus direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivação do número mínimo de CRAS conforme norma operacional básica de Assistência Social (NOB-SUAS).</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Cumprimento dos princípios e diretrizes do SUAS em todas as cidades e Governo do Estado de São Paulo exigindo que todos os gestores (pasta da assistência) tenham formação reconhecida na NOB-RH/SUAS.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliar e efetivar a responsabilidade orçamentária da União desenvolvendo planejamento estratégico e investindo 10% na Política Nacional de Assistência Social, garantindo a cobertura de serviços socioassistenciais a partir da participação social partindo do princípio de igualdade e equidade.</p>
Dimensão 2	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Descentralização do COMAS por SAS e democratização do processo de eleição.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> “Conselho Gestor paritário em cada SAS</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Fomentar a efetivação da rede intersetorial que busque viabilizar o acesso e o conhecimento para que os usuários compreendam seu papel e a importância das decisões nas comunidades.</p>	<p><u>Aprovada após esclarecimento:</u> Garantir recursos para a divulgação e criação de produtos de mídia referente a Política Nacional de Assistência Social, através dos meios de comunicação de maior acessibilidade viabilizando a formação dos usuários e fomentando sua participação.</p>

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

<p>Dimensão 3</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada</p>	<p><u>Aprovada após esclarecimento:</u> Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas</p>
<p>Dimensão 4</p>	<p><u>Aprovada sem destaque</u> Ampliação do pagamento das horas técnicas para a rede de proteção básica e especial diretos e indiretos e criação de comissão composta por trabalhadores da rede e usuários para capacitação diversificada e disponível para toda equipe dos serviços socioassistenciais da rede de proteção básica e especial, a fim de acompanhar, buscar e promover a divulgação de capacitações disponíveis, incluindo possíveis convênios com faculdades para acesso a graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e cursos de capacitações específicas, e auxiliar no direcionamento do repasse de verbas para estes fins, possibilitando a contínua ampliação da capacitação profissional de todos os profissionais da área (técnicos, orientadores socioeducativos e operacionais).</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliação do quadro previsto na portaria 46 e 47 e NOB/RH e equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores diretos e indiretos, garantindo que redes socioassistenciais e conveniadas usufruam dos mesmos direitos/benefícios, visto que somos todos trabalhadores do SUAS, além de garantir a contratação dos profissionais na sua área de atuação</p>	<p><u>Aprovada com destaque e sugestão de alteração de texto negada por contraste.</u> <u>Texto Mantido</u> Criação de um plano de educação permanente para todos os trabalhadores do SUAS.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Reconhecimento da insalubridade para todos os trabalhadores do SUAS e profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva, riscos de contágio e violência).</p>

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Dimensão 5	<p><u>Aprovada sem destaque</u> Ampliar casas - dia no município para atender pessoas em situação de rua, devido ao fechamento dos abrigos</p>	<p><u>Aprovada sem destaque</u> Garantir ao usuário e ao trabalhador do SUAS a compreensão efetiva acerca das discussões políticas que norteiam o trabalho do SUAS</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir a intersetorialidade nas políticas públicas</p>	<p><u>Aprovado sem destaque:</u> Intervenção da Assistência Social na área da habitação perante a população em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social nos territórios. Trabalhar na questão estrutural dos serviços oferecidos pela Assistência Social, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população, que visem a emancipação dos usuários.</p>
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

5.2.1 Instrumental preenchido com diretrizes aprovadas

ANEXO II - Instrumental 1 – Orientação CNAS 5/2015 - Avaliação do SUAS: reflexões e debates a partir das cinco dimensões do tema da conferência

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o estado e União
Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS	Instituir um sistema que assegure a articulação das políticas públicas facilitando o acompanhamento pleno do cidadão em meio aos seus direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.	Estado: Cumprimento dos princípios e diretrizes do SUAS em todas as cidades e Governo do Estado de São Paulo exigindo que todos os gestores (pasta da assistência) tenham formação reconhecida na NOB-RH/SUAS.
	Efetivação do número mínimo de CRAS conforme norma operacional básica de Assistência Social (NOB-SUAS).	União: Ampliar e efetivar a responsabilidade orçamentária da União desenvolvendo planejamento estratégico e investindo 10% na Política Nacional de Assistência Social, garantindo a cobertura de serviços socioassistenciais a partir da participação social partindo do princípio de igualdade e equidade.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o estado e União
Participação social como fundamento do SUAS	Descentralização do COMAS por SAS e democratização do processo de eleição.	Fomentar a efetivação da rede intersetorial que busque viabilizar o acesso e o conhecimento para que os usuários compreendam seu papel e a importância das decisões nas comunidades.
	Criação de “Conselho Gestor paritário em cada SAS	Garantir recursos para a divulgação e criação de produtos de mídia referente a Política Nacional de Assistência Social, através dos meios de comunicação de maior acessibilidade viabilizando a formação dos usuários e fomentando sua participação.

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o estado e União
Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público e Republicano	Ampliação e implementação de serviços socioassistenciais de rede direta e conveniada das proteções básica e especial, de acordo com o estudo socioterritorial	Assegurar que a verba de formação contemple a todos os trabalhadores do SUAS, de forma acessível e descentralizada
	A valorização dos profissionais, com a equiparação salarial e de benefícios dos trabalhadores do SUAS e qualificação profissional universitária contínua	Implementar e integrar o sistema intersecretarial de informações que facilite e agilize os processos dos usuários entre as políticas públicas

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o estado e União
Qualificação do Trabalho no SUAS	Ampliação do pagamento das horas técnicas para a rede de proteção básica e especial diretos e indiretos e criação de comissão composta por trabalhadores da rede e usuários para capacitação diversificada e disponível para toda equipe dos serviços socioassistenciais da rede de proteção básica e especial, a fim de acompanhar, buscar e promover a divulgação de capacitações disponíveis, incluindo possíveis convênios com faculdades para acesso a graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado e cursos de capacitações específicas, e auxiliar no direcionamento do repasse de verbas para estes fins, possibilitando a contínua ampliação da capacitação profissional de todos os profissionais da área (técnicos, orientadores socioeducativos e operacionais).	Criação de um plano de educação permanente para todos os trabalhadores do SUAS.
	Ampliação do quadro previsto na portaria 46 e 47 e NOB/RH e equiparação salarial e de carga horária dos trabalhadores diretos e indiretos, garantindo que redes socioassistenciais e conveniadas usufruam dos mesmos direitos/ benefícios, visto que somos todos trabalhadores do SUAS, além de garantir a contratação dos profissionais na sua área de atuação	Reconhecimento da insalubridade para todos os trabalhadores do SUAS e profissionais que trabalham externamente (exposição ao sol, chuva, riscos de contágio e violência).

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o estado e União
Assistência Social é direito	Ampliar casas - dia no município para atender pessoas em situação de rua, devido ao fechamento dos abrigos	ESTADO - Garantir a intersecretorialidade nas políticas públicas
	Garantir ao usuário e ao trabalhador do SUAS a compreensão efetiva acerca das discussões políticas que norteiam o trabalho do SUAS	UNIÃO - Intervenção da Assistência Social na área da habitação perante a população em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social nos territórios. Trabalhar na questão estrutural dos serviços oferecidos pela Assistência Social, reduzindo drasticamente a presença de vulnerabilidade em geral com a implantação de políticas públicas voltadas para esta população, que visem a emancipação dos usuários

5.3 Eleição de delegados e candidatos a delegados

Conforme dispõe o **capítulo V, art. 17, § IV, alíneas a), b) e c) da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, que estabelece a proporcionalidade de: 01 (um) delegado titular eleito para cada 05 (cinco) participantes Conferência Regional, 01 (um) delegado suplente eleito para cada 10 (dez) participantes e até no máximo 10 (dez) observadores por Conferência Regional para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo; de acordo com a **RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, no capítulo V, no art. 12, §II**, que dispõe sobre o critério de representação de 1/3 (um terço), para cada um dos segmentos de Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadoras de serviços de Assistência Social.

Devido à supressão do **capítulo V, art. 18, 19 e 20 da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, definiu-se que esta Conferência Regional de Assistência Social de São Paulo não elegeria candidatos a delegados para a participação na X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo.

Após o encerramento das apresentações, a mesa, juntamente com a assessoria, cada segmento elegeu os delegados.

Durante a eleição de delegados por segmento, houve um problema com alguns conferentes que se cadastraram em segmentos diferentes por engano e uma conferente que não possuía a marca de identificação entregue durante a inscrição. Paralelamente o horário de concessão do auditório se excedeu e não foi possível concluir o referendo dos delegados eleitos.

O Sr. Carlos Nambu propôs regime de votação para a alteração dos cadastros com erro ou não alteração. Aprovada a não alteração (A conselheira Claudia ficou responsável por rever os cadastros com erro) por contraste, e subseqüentemente, foram referendados os delegados eleitos pelo plenário na ordem a seguir:

A lista final de delegados e candidatos a delegados eleitos está informada abaixo. As fichas originais e completas de todos os candidatos inscritos para as eleições de delegados na Conferência Regional de CAMPO LIMPO podem ser conferidas no **Anexo 7**.

<u>Sociedade Civil – USUÁRIO</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Alexandra Aparecida da Silva
Maria Rodrigues de Carvalho
Tatiana Rezende França
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Solange de Anbreu Ribeiro
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência Estadual
Não houve candidatos
<u>Sociedade Civil – TRABALHADORES DO SUAS (CLT)</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Daniela Machado Olavo
Debora dos Reis Nery
Donata Severino de Azevedo dos Santos
Edmila Sacramento Bispo
Edna Alves de Alencar
Eliane Marques Novaes
Elton Elias dos Santos
Fábio Vicente de Souza
Kelly da Silva Rosa
Lilian Almeida Silva
Maria da Conceição dos Reis Nery
Maria Yvany Rodrigues
Roseline Pimentel Gomes
Rosileide da Silva Tenorio
Sonia Kelli Viera da Silva
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Andrea Kathleen Goldsmith Killing
Bruna Vieira
Camila Inozawa Mattos
Guilherme Teles da Silva

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

João Batista Pires
Margarida Ribeiro dos Santos
Sheila Araujo Damazo
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Sociedade Civil - ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO SOCIAL
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Ailton Alves da Silva
Sueli Rodrigues Martins de Figueiredo
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Renata Cristina MarottoMarzola
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos

<u>Poder Público - GESTÃO SUAS</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Cristiane Batista dos Santos
Fabiana de Gouveia Pereira
Leticia Almeida Barbosa
Maria Aparecida Junqueira
Maria de Lourdes de Melo
Nilza Maria dos Santos Neves
Delegados Suplentes Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos – X Conferência Estadual
Não houve candidatos

Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Observadores - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
<u>Poder Público - TRABALHADORES (SERVIDOR)</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Claudia Rosiane Sirilo Silva
Daniela de Oliveira
Delegados Suplentes Municipal Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos

18h51 - Após a aclamação dos delegados, a plenária foi encerrada.

NOTA

Na plenária final foi detectado que algumas pessoas se inscreveram em segmentos dos que pretendiam, diferentes do que solicitado. A alteração do cadastro fora do horário foi permitida pelo regimento. Foi referendado que essas pessoas poderiam ter seu cadastro alterado para participação em outras conferências regionais. Para enfim poderem se candidatar aos cargos desejados.

Participação	Segmento equivocado	Segmento solicitado
Kelly da Silva Roza	Trabalhador do SUAS (Servidor)	Trabalhador do SUAS (CLT)
Renata Cristina Marato Marzola	Entidade Social	Trabalhador do SUAS (CLT)
João Batista Pires	Não encontrado na listagem	Não encontrado na listagem
Margarida Ribeiro dos Santos	Trabalhador do SUAS (Servidor)	Trabalhador do SUAS (CLT)
Camila Inazawa Matos	Entidade Social	Trabalhador do SUAS (CLT)

6. Avaliações da Conferência Regional de CAMPO LIMPO

Após a plenária final, os participantes encaminharam à Empresa Contratada a ficha de avaliação, contendo opiniões, críticas e sugestões, configurando um balanço da Conferência Regional de Assistência Social de CAMPO LIMPO, em diversos aspectos como Mobilização, Local e Infraestrutura (A Ficha Técnica da Vistoria e as Fichas de Avaliação preenchidas podem ser conferidas nos **Anexo 8 e 9**, respectivamente), Acessibilidade, Programação e Participação, conforme relatado em quadro e gráfico abaixo:

Avaliações	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não respondeu	Total
Divulgação-Mobilização	26	83	65	12	9	2	197
Local e infraestrutura	90	99	8	0	0	0	197
Acessibilidade	85	86	22	2	0	2	197
Programação	40	86	63	7	0	1	197
Participação	57	106	24	6	0	4	197

